



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

“Eu, nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora(o) da carteira de identidade nº _____, inscrita(o) no CPF nº _____, residente e domiciliada(o) no endereço: _____, representante legal da pessoa jurídica, nome da empresa _____, CNPJ nº _____

DECLARO, para fins de direito, sob as penas da Lei, que as informações e documentos prestados que apresento para a inscrição na modalidade () registro () cadastro da pessoa jurídica _____ no Conselho Regional de Psicologia 5ª região, são verdadeiros e autênticos (fiéis à verdade e condizentes com a realidade).

Relação de documentos, apresentados:

- 1) () Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica
- 2) () Termo de Responsabilidade Técnica
- 3) () Declaração institucional
- 4) () Instrumento de constituição (Contrato Social, Ata ou Estatutos) da Pessoa Jurídica consolidado com as últimas alterações, registradas em cartório competente ou na Junta Comercial
- 5) () Documento que atribua poderes ao Representante Legal (ex: ata de eleição e posse da diretoria, contrato social, procuração)
- 6) () Cartão CNPJ
- 7) () Alvará
- 8) () Certificado de Registro da Pessoa Jurídica em outro Conselho de Fiscalização Profissional, se houver
- 8) () Declaração de nada consta da (o) psicóloga (o) indicada (o) como Responsável Técnica (o), que ateste sua regularidade perante o Regional
- 9) () Comprovante de vínculo de trabalho da (o) responsável técnica (o), por meio dos seguintes documentos (carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, termo de adesão ao trabalho voluntário ou documento constitutivo da empresa, quando sócio)
- 10) () Se houver estagiários de Psicologia, termos de compromisso firmados com a universidades ou faculdades
- 11) () Documento que regulamente as normas de funcionamento (ex: regimento interno), se houver

12) () Se a entidade for filantrópica, documento que comprove ser de utilidade pública, estatuto e outros, devidamente registrados em Cartório, se houver

13) () Certificado de filantropia emitido pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), se houver

Fico ciente através deste documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no art. 298 e 299 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei.

Local e data

Assinatura